

BANCO ABC BRASIL

Competência é tudo.

ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.817.677/0001-76

www.abcbrazil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, juntamente com o relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017		2016		Passivo	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Circulante		100.378	95.992			Circulante		4.125	4.843		
Disponibilidades	3	48	155			Outras obrigações		4.125	4.843		
Títulos e valores mobiliários		99.750	95.168			Fiscais e previdenciárias	6.a	4.086	4.816		
Carteira própria	4.a	99.750	95.168			Diversas	6.b	39	27		
Outros créditos		580	669			Patrimônio líquido	10	96.258	91.166		
Diversos	5	580	669			Capital		88.516	50.002		
Realizável a longo prazo		5	17			De domiciliados no País - Ordinárias		44.258	25.001		
Outros créditos		5	17			De domiciliados no País - Preferenciais		44.258	25.001		
Diversos	5	5	17			Reservas de capital		-	368		
						Reserva de lucros		7.742	40.796		
Total do ativo		100.383	96.009			Total do passivo		100.383	96.009		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva legal	Equalização de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.002	368	2.339	32.238			84.947
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.219	6.219
Destinação - Reserva legal	-	-	311	-	-	(311)	-
Constituição de reserva	-	-	-	5.908	-	(5.908)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	50.002	368	2.650	38.146			91.166
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.092	5.092
Destinação - Reserva legal	-	-	255	-	-	(255)	-
Aumento de capital	38.514	(368)	-	(38.146)	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	4.837	-	(4.837)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	88.516	368	2.905	48.837			96.258
Saldos em 30 de junho de 2017	50.002	368	2.794	38.146			94.047
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	2.737	2.737
Destinação - Reserva legal	-	-	111	-	-	(111)	-
Aumento de capital	38.514	(368)	-	(38.146)	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	4.837	-	(4.837)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	88.516	368	2.905	48.837			96.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é uma instituição financeira que tem por finalidade operar no mercado de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando a estrutura operacional do Banco ABC Brasil S.A. Suas operações atuais se restringem à administração dos recursos próprios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 4.077/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Política contábil, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados. As principais práticas contábeis são assim resumidas: a) **Créditos de avaliação dos ativos:** Os ativos, exceto os títulos e valores mobiliários, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido de variações cambiais, monetárias e juros quando aplicável. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação. Títulos para negociação são adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias. c) **Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. d) **Aprovação das receitas e despesas:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização. O imposto de renda é reconhecido pelo regime de competência, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. e) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: • **Contingências ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. f) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e de 20% para contribuição social para as empresas financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Depósitos bancários	48	155
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	48	155

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) **Títulos e valores mobiliários:** As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstradas como segue:

	2017		2016	
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	99.761	99.750	83.279	83.240
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	11.928	11.928
Subtotal - Títulos para negociação	99.761	99.750	95.207	95.168
Total	99.761	99.750	95.207	95.168

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2017 e 2016, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	De 6 a 12 Meses		De 1 a 3 Anos		Total
	2017	2016	2017	2016	
Títulos para negociação					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	99.750	99.750	
Subtotal - Títulos para negociação	-	-	99.750	99.750	
Total - 2017	-	-	99.750	99.750	
Total - 2016	11.928	11.928	83.240	95.168	

5. OUTROS CRÉDITOS
Diversos: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de Outros créditos - Diversos, são assim compostos:

	2017	2016
Créditos tributários (Nota 7)	5	17
Impostos e contribuições a compensar	580	662
Outros	-	7
Total	585	686

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) **Fiscais e previdenciárias:** Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de obrigações fiscais e previdenciárias são assim compostos:

	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher	28	52
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	4.058	4.764
Total	4.086	4.816

b) **Diversas:** Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de outras obrigações diversas são assim compostos:

	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	39	27
Total	39	27

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Conforme determinado pela Resolução nº 3.059/02, e alterada pela Resolução nº 3.355/06, ambas do Banco Central do Brasil, a Distribuidora registrou o saldo líquido dos créditos tributários. A natureza, a origem e a movimentação dos créditos tributários constituídos no período são demonstradas a seguir:

Exercício	Dezembro de 2016		Dezembro de 2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Ajuste ao valor de mercado	17	2	(14)	5
Saldo líquido (Nota 5)	17	2	(14)	5
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste ao valor de mercado	-	(349)	349	-
Saldo líquido	-	(349)	349	-

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2017 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

Exercício	Ativo		Passivo		Líquido
	2017	2016	2017	2016	
2019	5	-	-	-	5
Total	5	-	-	-	5
Valor presente - Selic	5	-	-	-	5

A apuração das despesas com imposto de renda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstradas a seguir:

Exercício	2017		2016	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.162	11.200	4.123	5.040
Encargos totais de imposto de renda pelas alíquotas nominais	26	-	-	-
Receitas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	-	-	-	-
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	(12)	(217)	(79)	(59)
Outros valores	(79)	(59)	-	-
Total do imposto de renda sobre os resultados correntes (Nota 6a)	4.058	4.764	4.058	4.764

8. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As operações com partes relacionadas foram contratadas a taxas normais de mercado, compatíveis com as taxas praticadas em operações com terceiros nas datas das operações. Os saldos e resultados das transações realizadas com partes relacionadas (Banco ABC Brasil S.A.) estão relacionados a seguir:

	2017		2016	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Depósitos bancários	-	-	349	(15)
Ativos e passivos contingentes	-	-	(349)	-
Créditos tributários constituídos no exercício	-	-	(2)	-
Créditos tributários realizados no exercício	-	-	14	232
Total dos impostos e contribuições diferidos	-	-	12	217
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	4.070	4.981	4.070	4.981
Imposto de renda	2.211	5.092	2.211	5.092
Contribuição social	1.859	(611)	1.859	(611)
Ativo fiscal diferido	12	217	12	217

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
A Distribuidora responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores que totalizam R\$ 2.530 e não foram provisionados, o detalhamento do principal processo é o seguinte:

Trata-se de Ação Rescisória ajuizada pela União Federal em face de decisão transitada em julgado na qual foi reconhecido o direito à Distribuidora ao não recolhimento da contribuição ao PIS nos períodos de julho de 1997 a dezembro de 1999 nos termos da EC 17/1997. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 1.865 (R\$ 1.814 em 2016).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social está representado por 49.960.109 ações, sendo 24.980.054 ações ordinárias e 24.980.055 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) **Dividendos e lucros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social da Distribuidora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Não foram provisionados dividendos em função de não haver intenção de distribuição no exercício.

c) **Aumento de Capital:** Em 28 de abril de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Distribuidora, no valor de R\$ 38.514, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital - Outras Reservas de Capital" no valor de R\$ 38.514 e da "Reserva de Lucros - Reserva para Equalização de Dividendos" no valor de R\$ 38.146, sem modificação do número de ações, em conformidade com o artigo 169, § 1º da Lei nº 6.404/76, homologado pelo Banco Central do Brasil em 04 de julho de 2017.

d) **Destinação do lucro:** i) Reserva de lucros - Reserva legal
A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2017 apresenta o montante de R\$ 255 (R\$ 311 em 2016).

ii) Reserva de lucros - Equalização de dividendos
Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2009, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinada para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 50% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do limite percentual da reserva de Equalização de dividendos de 50% para 80% do capital social.

e) **Lucro por ação**
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES
O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o Conglomerado Financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos provisionados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O Índice da Basileia para 31 de dezembro de 2017 apurado com base no conglomerado prudencial é de 16,31% (17,82% em 2016).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Semestre		Exercícios	
		2017	2016	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		4.395	10.007	12.279	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.a	4.395	9.232	11.905	
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	4.b	-	775	374	
Resultado bruto da intermediação financeira		4.395	10.007	12.279	
Outras receitas (despesas) operacionais		(187)	(336)	(485)	
Outras despesas administrativas		(187)	(336)	(485)	
Despesas tributárias		(263)	(509)	(594)	
Resultado operacional		3.945	9.162	11.200	
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		3.945	9.162	11.200	
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.734)	(4.070)	(4.981)	
Provisão para imposto de renda		(935)	(2.220)	(2.608)	
Provisão para contribuição social		(801)	(1.838)	(2.156)	
Ativo fiscal diferido		2	(12)	(217)	
Lucro líquido do semestre/exercício		2.211	5.092	6.219	
Lucro líquido por ação - em R\$ - 49.960.109 ações (49.960.109 ações em 2016)</					